**PROCESSO**: **n º** 2000 - 030653/2014

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO

**ASSUNTO:** PAGAMENTO

**DETALHES:** SOL. PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO DA FIRMA WHITE MARTINS

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000 – 030653/2014, em 01 (um) volume, com 43 (quarenta e três) fls., que versa sobre o pagamento pela aquisição de gases medicinais (oxigênio) para o Hospital Geral do Estado da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60)** para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido. A solicitação de pagamento está orçada em **R$3.864,14 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quatorze centiavos).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no **art. 59, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93**. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.43), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

1 **– AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição, datada de 14/11/2014, emitida pela gestora da SESAU a época (fls. 29), devidamente assinada.

**2 – COTAÇÕES DE PREÇOS -** Verifica-se solicitação de cotação de preços realizada sempre nas mesmas empresas, fls. 06/10, quando analisamos os demais processos tendo o mesmo objeto, **quais sejam**:

**a) WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60)**;

**b) C R OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA. (CNPJ nº 04.292.445/0002-24) e,**

**c) LINDE GASES LTDA. (CNPJ nº 60.619.202/0012-09).**

Em todos os processos, observa-se, ainda, que foi sagrada vencedora a empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60).** Tais fatos revelam a inconcebível falta de atenção para com outros fornecedores, desta forma extingue uma maior oportunidade de concorrência, e comete a falta de transparência do processo.

**3 - FRACIONAMENTO DE DESPESA -** Com base em relatório do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, observou-se que a empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60),** recebeu do Estado de Alagoas em 2016, através da SESAU, o montante de **R$934.522,43**, distribuídos em 75 ordens bancárias, sendo 18 abaixo do limite de dispensa de licitação em razão do valor (R$ 8.000,00).

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão das Notas de Empenhos (**2016NE24595**), à fl. 31, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente da então Coordenadora Setorial de Gestão Financeira, Izolda Novais de Melo Duarte, possibilitando a prática de tais atos. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964, **“*o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”*.**

A Lei nº 4.320/1964 define a liquidação de despesas como sendo

**“*a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.* Tal verificação deve-se apurar: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação”.**

Ademais, a liquidação da despesa pública será processada com base nos seguintes documentos: I – contrato, ajuste ou acordo específico; II – nota de empenho; III – comprovantes do material ou da efetiva prestação dos serviços.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Consta informações da dotação orçamentária a ser utilizada nas despesas, fl. 30, referente ao exercício de 2014.

**6 – DANFE/NOTA FISCAL** – À fl. 04 dos autos apresenta-se a cópia da DANFE nº 58096, de 03/11/2014, da Empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60)**, no valor de **R$3.864,14 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quatorze centiavos)**, atestada pelo Servidor José Cícero Alves da Silva, Chefe da Seção de Gás Medicinais.

**7 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos, observa-se que não foram acostadas as Certidões de Regularidade da empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60)**.

**8 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 40 verifica-se Despacho S/N, datado de 13/07/2017, de lavra da Assessora Técnica – Setor de Contratos, onde informa a juntada de contrato referente ao objeto em comento e que encontra-se expirado desde o dia 31/12/2016.

**9 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**– A liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – A conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** que seja atualizada a dotação orçamentária quando do pagamento.

**IV - DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal válidas sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas nos itens I a V, ato contínuo que seja realizado o pagamento a empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60),** no valor de em **R$3.864,14 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quatorze centiavos).**

Maceió-AL, 20 de outubro de 2017.

Hertz Rodrigues lima

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 29.871/9**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**